

Juventudes Discidentes : A intersecção - Raça, Sexualidade e Luta pela Terra.

Dissident Youth: The Intersection - Race, Class, and Land in the Field.

RESUMO

O artigo analisa a inserção, as experiências e os desafios da população LGBTQIAPN+ no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), focalizando como sujeitos dissidentes confrontam normas de gênero e sexualidade historicamente estruturantes do mundo rural. Com base em pesquisa qualitativa em assentamentos e acampamentos, que articula entrevistas, análise documental e revisão teórica, o estudo examina tensões entre diretrizes institucionais e práticas cotidianas, bem como estratégias de resistência construídas por militantes LGBTQIAPN+. Os resultados evidenciam a coexistência de padrões heteronormativos e de novas ruralidades que reconfiguram afetos, territorialidades, pedagogias e sentidos da Reforma Agrária Popular.

Palavras-chave: MST; diversidade sexual; ruralidade; LGBTQIAPN+; reforma agrária.

ABSTRACT

The article examines the insertion, experiences, and challenges of LGBTQIAPN+ populations within Brazil's Landless Workers' Movement (MST), focusing on how dissident subjects confront gender and sexuality norms historically structuring rural life. Based on qualitative research conducted in settlements and camps, combining interviews, document analysis, and theoretical review, the study analyzes tensions between institutional guidelines and everyday practices, as well as resistance strategies developed by LGBTQIAPN+ activists. The findings highlight the coexistence of heteronormative patterns and emerging new ruralities that reconfigure affects, territorialities, pedagogies, and meanings of Popular Agrarian Reform.

Keywords: MST; sexual diversity; rurality; LGBTQIAPN+; agrarian reform.

1. INTRODUÇÃO

A discussão sobre diversidade sexual e de gênero no campo brasileiro constitui um terreno ainda recente, marcado por silenciamentos históricos e pela persistência de estruturas normativas que moldam comportamentos, identidades e relações sociais. O imaginário social sobre a vida rural, frequentemente associado à família nuclear heterossexual, à divisão rígida de papéis de gênero, à religiosidade normativa e ao conservadorismo moral, contribuiu, por décadas, para a invisibilização de corpos dissidentes. Nesse cenário, pessoas LGBTQIAPN+ quase sempre ocupam o lugar do não pertencimento, ou seja, são percebidas como elementos estranhos à lógica camponesa tradicional, o que dificulta sua permanência, seu reconhecimento e sua atuação política no campo.

Apesar disso, a presença LGBTQIAPN+ nunca deixou de existir no meio rural; o que faltava era sua legitimidade enquanto sujeitos plenos, capazes de construir e disputar projetos políticos no território. Nesse sentido, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ao longo de quase quatro décadas de atuação, tornou-se espaço privilegiado para observar não apenas as transformações político-organizativas do campo brasileiro, mas também as mudanças culturais, identitárias e afetivas que atravessam suas comunidades.

Embora a luta pela terra permaneça como eixo estruturador do movimento, o MST tem ampliado, sobretudo nas últimas duas décadas, sua compreensão sobre justiça social, incorporando debates sobre gênero, raça, sexualidade, juventude e geração. Essa ampliação do horizonte político responde a mudanças sociais mais amplas, às pressões internas de militantes dissidentes e à necessidade de construir uma Reforma Agrária Popular que seja, ao mesmo tempo, produtiva, justa, plural e emancipatória.

No entanto, essa incorporação está longe de ser homogênea. A pesquisa que fundamenta este artigo evidencia que a pauta LGBTQIAPN+ avança em diferentes ritmos e profundidades dentro do movimento, encontrando maior abertura em espaços de formação política, como escolas, cursos e jornadas, e enfrentando resistências mais significativas na vida cotidiana dos assentamentos e acampamentos. As moralidades rurais, a estrutura patriarcal, as tradições familiares e a vigilância comunitária mantêm, em muitos territórios, mecanismos de controle e silenciamento sobre corpos dissidentes.

É nesse contexto que este estudo se justifica. Analisar a população LGBTQIAPN+ no MST não é apenas preencher uma lacuna acadêmica, é reconhecer que a luta pela terra, para ser verdadeiramente

popular, precisa enfrentar todas as formas de opressão que atravessam a vida no campo. Compreender as experiências, os conflitos e as estratégias de resistência construídas por sujeitos LGBTQIAPN+ permite ampliar o entendimento sobre como novas ruralidades estão sendo produzidas e como projetos de emancipação podem se fortalecer ao incorporar a pluralidade dos sujeitos que constroem o movimento.

Além disso, o tema ganha relevância diante do momento atual, no qual debates sobre gênero e sexualidade têm sido alvo de forte disputa ideológica no Brasil. A ofensiva conservadora, marcada por discursos moralizantes e perseguições a minorias sexuais e de gênero, repercute diretamente nos territórios rurais, intensificando conflitos e dificultando processos de reconhecimento e inclusão. Estudar como o MST — o maior movimento socioterritorial da América Latina — lida com essas tensões é fundamental para compreender tanto os avanços quanto os desafios na construção de um campo mais democrático e inclusivo.

Diante desse panorama, o objetivo geral deste artigo é analisar como a população LGBTQIAPN+ vivencia, disputa e transforma a vida política, social e territorial no MST, identificando tensões entre discurso institucional, práticas cotidianas e processos de resistência.

A partir desse objetivo maior, desdobram-se os objetivos específicos, que orientam a análise: i) Identificar as formas de invisibilização e controle moral direcionadas à população LGBTQIAPN+ dentro dos assentamentos e acampamentos do MST; ii) Analisar os avanços institucionais do movimento na incorporação da pauta LGBTQIAPN+ em seus materiais de formação, setores organizativos e práticas pedagógicas; iii) Investigar as experiências de militantes LGBTQIAPN+, considerando trajetórias, conflitos, redes de cuidado, estratégias de pertencimento e enfrentamento às opressões; iv) Compreender como sujeitos dissidentes produzem novas ruralidades, afetos e pedagogias dentro dos territórios da Reforma Agrária Popular; v) Avaliar as contradições e desafios atuais para a consolidação da diversidade sexual e de gênero como eixo estruturante do projeto político do MST.

A relevância da pesquisa reside, portanto, na necessidade de aprofundar o entendimento sobre como se constrói ou se disputa a legitimidade de existir enquanto sujeito dissidente no campo. A presença LGBTQIAPN+ no MST não é apenas uma pauta identitária, mas uma questão estruturante da democracia interna e da própria concepção de Reforma Agrária Popular. Corpos dissidentes não apenas tensionam normas, eles inauguram possibilidades, reconstróem vínculos comunitários, ampliam horizontes políticos e contribuem para a formação de territórios mais plurais, afetivos e emancipatórios.

Assim, essa introdução estabelece os fundamentos sobre os quais o artigo se desenvolve: compreender a população LGBTQIAPN+ como parte constitutiva, e não acessória, da luta pela terra, analisando suas contribuições e os desafios que ainda persistem.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A construção do referencial teórico deste artigo apoia-se em quatro eixos fundamentais: i) Interseccionalidade como chave analítica; ii) Movimentos sociais LGBTQIAPN+, feminista e negro em diálogo com o MST; iii) Construção simbólica e política dos corpos dissidentes no campo; e iv) Produção de epistemologias subalternas, como a encruzilhada, que estruturam as práticas de resistência no movimento.

Esses aportes teóricos estruturam a análise da presença e da ação de sujeitos LGBTQIAPN+ no MST e fundamentam a compreensão dos desafios e avanços da luta por reconhecimento no movimento.

2.1. Interseccionalidade como fundamento teórico da análise

A interseccionalidade constitui um dos eixos analíticos indispensáveis para compreender a produção da diferença e das desigualdades que atravessam os sujeitos LGBTQIAPN+ no campo brasileiro. O conceito, difundido por feministas negras nos anos 1980, é compreendido por Rodrigues (2013) como uma ferramenta teórico-metodológica central para análises que buscam desvelar a interação entre poder e categorias como raça, classe e gênero em experiências individuais, práticas coletivas e arranjos culturais. Nesse sentido, o autor afirma que a “Interseccionalidade trata-se de um conceito cunhado originalmente para dar significado à luta e à experiência de mulheres negras cujas especificidades não encontravam espaço de discussão, quer no debate feminista quer no debate antirracista (Rodrigues, 2013, p. 06)”.

O aprofundamento teórico sobre a interseccionalidade foi sistematizado internacionalmente por autoras como Kimberlé Crenshaw e Patricia Hill Collins. Para Crenshaw (1989):

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (Crenshaw, 1989, p. 177).

A partir dessa perspectiva, Collins (2019) reforça que a interseccionalidade opera como uma estrutura analítica capaz de revelar como diferentes marcadores identitários interagem para produzir experiências únicas de marginalização. Segundo a autora, é possível compreender como sistemas de dominação se reproduzem e são contestados historicamente por grupos vulnerabilizados.

No contexto brasileiro, o destaque está na centralidade das contribuições de Lélia Gonzalez. Ainda nos anos 1980, a autora já articulava raça, classe e gênero, antecipando debates que posteriormente seriam consagrados pela formulação do conceito de interseccionalidade. Ainda que não tenha formalmente cunhado o conceito como categoria analítica, sua crítica incidia sobre os limites do feminismo hegemônico e sobre a necessidade de reconhecer as múltiplas opressões enfrentadas pelas mulheres negras. A autora denunciava a invisibilização dessas experiências no debate feminista dominante, afirmando que “[...] apesar de suas contribuições fundamentais para a discussão da discriminação pela orientação sexual, não aconteceu o mesmo com outros tipos de discriminação, tão grave como a sofrida pela mulher: a de caráter racial (Gonzalez, 2020, p. 13)”.

Já Collins e Crenshaw sistematizaram internacionalmente o que Gonzalez, desde uma posição subalternizada pela colonialidade do poder (Quijano, 2005), havia elaborado a partir da experiência de mulheres negras latino-americanas. Essas articulações desnaturalizam fronteiras rígidas entre opressões e permitem compreender suas expressões concretas em contextos rurais, como o MST.

A abordagem interseccional se tornou indispensável na análise dos sujeitos LGBTQIAPN+ da pesquisa. Ao longo da investigação, observou-se que as identidades das e dos participantes não se organizavam de forma isolada, como negro, mulher, travesti ou camponês, mas como composições complexas permeadas por marcadores simultâneos que produzem vulnerabilidades específicas. Assim, já nas primeiras etapas da pesquisa, constatou-se que os participantes apresentavam múltiplas camadas identitárias que os tornavam ainda mais vulneráveis socialmente, tanto dentro do movimento estudado quanto em contextos externos.

Essa constatação exigiu o deslocamento analítico da pesquisa para assumir uma abordagem interseccional plena, garantindo maior precisão teórica e metodológica na compreensão das dinâmicas de opressão e resistência vivenciadas no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Além disso, autores como Trapp (2010) são mobilizados para contextualizar o surgimento dos novos movimentos sociais no Brasil, que passam a demandar leituras interseccionais de suas pautas e sujeitos.

Diante disso, no final dos anos 70, surge em todo Brasil, uma série desses movimentos sociais, com as mais diversas demandas e reivindicações. Organizados em torno da luta comum pela democracia, eles impõem-se como novos atores e forças sociais (Pereira, 2025).

Com esse conjunto articulado de autoras e autores, é possível fundamentar teoricamente a compreensão da vivência LGBTQIAPN+ no MST como experiência marcada por camadas simultâneas de classe, raça, gênero, sexualidade e território. A interseccionalidade, aqui, não opera como simples ferramenta explicativa, mas como chave crítica para reconhecer sujeitos historicamente invisibilizados e compreender como os sistemas de opressão e resistência se organizam no campo brasileiro.

2.2. Movimentos sociais negro, feminista e LGBTQIAPN+: trajetórias convergentes

A incorporação da pauta LGBTQIAPN+ no MST não ocorreu de forma isolada, mas é resultado de um longo processo de aproximação entre diferentes movimentos sociais no Brasil, especialmente o movimento feminista, o movimento negro e, mais recentemente, o movimento LGBTQIA+. Essa convergência não é meramente discursiva; ela se materializa em práticas organizativas, na formação política e na construção de categorias analíticas que hoje estruturam o entendimento da diversidade dentro do MST.

A base dessa aproximação está na compreensão de que nenhuma luta emancipatória pode se sustentar se ignorar as desigualdades estruturais de raça, classe, gênero e sexualidade. Essa perspectiva recupera o argumento de que os movimentos feminista e negro já denunciavam, desde os anos 1970, a incompletude dos projetos progressistas que se centravam exclusivamente na dimensão econômica ou na luta de classes. Nesse sentido, a crítica de Gonzalez (1983) ao feminismo branco e ao movimento negro masculinizado, ao dizer que o racismo e o sexismo são estruturantes da sociedade brasileira, torna-se fundamental para amparar a crítica interna que mais tarde atravessaria o MST.

O movimento negro, por sua vez, apresenta-se não apenas como movimento identitário, mas como movimento territorial e político. Ao rememorar Palmares e a trajetória de resistência negra no Brasil, destaca-se que a disputa pela terra é histórica e racializada, reforçando que a desigualdade agrária brasileira também é uma desigualdade racial (Reis apud León, 2025).

Assim, a luta pela terra passa inevitavelmente pela luta antirracista, e essa conexão abre caminho para que outros marcadores sociais, como sexualidade e identidade de gênero, sejam incorporados ao debate territorial.

O MST se apropriou dessas contribuições de modo gradual. Primeiramente, incorporou debates feministas por meio da criação do Setor de Gênero (2000), responsável por promover formações sobre violência contra a mulher, divisão sexual do trabalho e feminismo camponês. Em seguida, ampliou seu horizonte para incluir a questão racial, consolidando coletivos de raça e classe em vários estados; e, por

fim, começou a incorporar as discussões sobre diversidade sexual e de gênero, especialmente a partir de 2010, com a entrada de militantes LGBTQIAPN+ nos processos formativos nacionais.

Contudo, esse processo não ocorreu sem tensões. A presença do movimento LGBTQIAPN+ no MST provoca transformações que desafiam pilares simbólicos e morais da vida comunitária rural. Muitos desses conflitos se dão porque a luta LGBTQIA+ é frequentemente vista, ainda hoje, como uma pauta urbana, uma pauta identitária ou um assunto particular, enquanto a luta pela terra seria uma pauta universal. Esse tipo de argumentação, segundo (Rodrigues, 2013), é resultado de uma hierarquização das opressões que privilegia a dimensão econômica e invisibiliza outras formas de desigualdade, como a LGBTfobia, o racismo e o machismo.

Ao recuperar essa crítica, o MST precisou, e ainda precisa, superar esse tensionamento para consolidar um entendimento mais amplo da Reforma Agrária Popular. Ou seja, não basta distribuir terra; é necessário reconhecer quem são os sujeitos que ocupam esses territórios e quais violências atravessam suas vidas.

Um ponto relevante é que a presença LGBTQIAPN+ não é uma questão de identidade individual, mas de projeto político coletivo. Militantes dissidentes contribuíram para mostrar ao movimento que sem combater a violência de gênero, não há emancipação; sem enfrentar o racismo, não há igualdade; sem reconhecer a existência e as demandas LGBTQIAPN+, não há democracia interna; sem esses elementos, a Reforma Agrária Popular não pode se considerar verdadeiramente popular.

Assim, o MST passou a incorporar essas pautas por meio do mecanismo de pressão interna, em que militantes LGBTQIAPN+ começaram a denunciar violências, exigir espaço nas formações, criar coletivos e produzir materiais pedagógicos. O documento “LGBT Sem Terra: Rompendo cercas e tecendo liberdade” é exemplo disso, ao explicitar as formas de violência e estabelecer diretrizes políticas para a inclusão da diversidade no movimento (MST, 2018); e de pressão externa, cujo avanço dos movimentos feminista, negro e LGBTQIAPN+ no país pressionou o MST a se atualizar teoricamente e politicamente, sob risco de se afastar de setores importantes da classe trabalhadora.

Essas influências produziram um cenário de mútua contaminação política. O feminismo fez o MST repensar a divisão sexual do trabalho e o patriarcado rural; o movimento negro trouxe a discussão sobre racismo estrutural e territorial; e o movimento LGBTQIAPN+ ampliou a concepção de corpo, desejo, sexualidade e diversidade na luta pela terra.

Essas três frentes não apenas somam agendas; elas reconfiguram o projeto político do movimento, que passa a compreender que a luta pela terra é também é uma luta pelo reconhecimento; contra o patriarcado; antirracista; pelos direitos sexuais e reprodutivos; e uma luta pelo direito ao corpo

e à existência dissidente. Por isso, a diversidade sexual e de gênero é hoje parte constitutiva da Reforma Agrária Popular, e não um tema adjacente.

2.3. Corpos dissidentes como categoria analítica no MST

A categoria "corpos dissidentes" permite deslocar a análise da mera identificação individual para a dimensão política das corporalidades que contestam normas de gênero e sexualidade no campo. Esses corpos não apenas desafiam expectativas morais sobre o que seja ser camponês; eles implicam rearranjos nas rotinas de trabalho, nas redes de parentesco e nos modos de sociabilidade que estruturam assentamentos e acampamentos. A tensão entre a norma e a dissidência atravessa, portanto, tanto o simbólico quanto o material do cotidiano rural (Pereira, 2025).

A experiência de ocultamento aparece como uma das primeiras formas de sobrevivência relatadas por sujeitos LGBTQIAPN+ no meio rural. A decisão de não se mostrar é permeada pelo medo da rejeição familiar, da perda de apoio coletivo e de agressões diretas. Pereira (2025) mostra que essa invisibilidade funciona como dispositivo de autoproteção, mas gera sofrimento psíquico e produz isolamento dentro da própria comunidade agrária. Comentários moralizantes, piadas e vigilância das expressões de gênero configuram violência simbólica que regula comportamentos e limita possibilidades de afirmação.

Como contraponto, normas internas do movimento buscam enfrentar a LGBTfobia por meio de mecanismos educativos e sancionatórios. Entre eles, destacam-se o direito ao nome social, a responsabilização de agressores e orientações para a realização de formações sobre diversidade sexual e de gênero. Esses dispositivos formalizam uma política institucional que reconhece a presença de violências e orienta caminhos de transformação, ainda que sua implementação dependa da correlação de forças em cada território (Pereira, 2025).

As vivências de travestis e pessoas trans emergem como centrais na análise, porque tensionam limites rígidos entre feminilidade e masculinidade no campo. Esses corpos sofrem discriminação ampliada, marcada tanto pela transfobia quanto pela precariedade social e pela estigmatização moral. Ao mesmo tempo, práticas políticas como o conceito de “traviarcado” deslocam a travestilidade do lugar de subalternidade e a posicionam como força ativa de produção de saber e de reorganização comunitária (Carvalho, 2022).

Cartazes, canções, materiais pedagógicos e publicações do Coletivo LGBT Sem-Terra funcionam como instrumentos de afirmação identitária e disputa narrativa. Materiais como "LGBT Sem Terra: Rompendo cercas e tecendo liberdade" articulam luta pela terra e diversidade sexual, integrando

bandeiras LGBTQIAPN+ à estética e ao repertório político do movimento. Esses conteúdos operam como mecanismos de formação, sensibilização e consolidação de redes de apoio (Pereira, 2025).

A criação de coletivos estaduais e a articulação com organizações urbanas fortalecem mecanismos de cuidado e pertencimento. Iniciativas como cursos, rodas de conversa e campanhas comunicacionais criam espaços de acolhimento e reduzem os efeitos do isolamento, tão marcante nas trajetórias dissidentes do campo. Essas redes ampliam a capacidade política dos sujeitos LGBTQIAPN+, permitindo que demandas relacionadas à saúde, à educação, à moradia e ao trabalho sejam tratadas de forma integrada.

De acordo com Pereira (2025), uma das práticas políticas mais relevantes identificadas é a “punição pedagógica” voltada à reeducação de agressores, em vez de sua simples expulsão. Essa estratégia enfatiza formação política contínua como forma de transformação cultural. Embora potente, encontra limites quando confrontada com violências graves ou com resistências sustentadas por estruturas religiosas conservadoras presentes em alguns assentamentos.

As experiências dissidentes são atravessadas por raça, classe, geração e território. Travestis e pessoas trans negras, por exemplo, enfrentam formas de opressão que combinam racismo, transfobia e desigualdades socioeconômicas. Essas camadas interseccionais exigem políticas que articulem diversidade sexual, antirracismo e justiça agrária, sob risco de iniciativas fragmentadas se mostrarem insuficientes. Os corpos dissidentes contribuem para a construção de epistemologias que emergem das vivências no campo. Memórias corporais, canções e narrativas autobiográficas tornam-se instrumentos de formação política, compondo uma “epistemologia da encruzilhada” que articula gênero, sexualidade, classe e raça. A produção de conhecimento não se limita à teoria, ela é materializada em práticas pedagógicas, rituais organizativos e intervenções culturais (Santana Junior, 2018)

Assim, as corporalidades dissidentes, segundo Pereira (2025), ao mesmo tempo em que enfrentam hostilidade e invisibilidade, também impulsionam transformações políticas e pedagógicas profundas. O fortalecimento institucional de normas de proteção, a criação de coletivos e a produção simbólica ampliam o horizonte emancipatório da Reforma Agrária Popular. Contudo, tais avanços requerem continuidade, formação permanente e integração de agendas antirracistas, feministas e LGBTQIAPN+.

2.4. Epistemologias de resistência: a encruzilhada como método e prática política

A produção de saberes a partir das vivências dissidentes no campo configura uma epistemologia que articula dimensões simbólicas, corpóreas e materiais. Esse tipo de saber não é meramente reativo à opressão, mas propositivo, uma vez que formula repertórios conceituais, linguagens e práticas que viabilizam a ação política e pedagógica dos sujeitos LGBTQIAPN+ nos assentamentos e acampamentos. Nessa perspectiva, o conhecimento emerge da convergência entre marcadores sociais de gênero, sexualidade, raça, classe e território, e das práticas cotidianas de cuidado, resistência e organização. (Pereira, 2025).

A noção de “encruzilhada”, tal como sistematizada por Santana Júnior (2018), opera simultaneamente como metáfora, método e dispositivo cosmopolítico, pois é o lugar simbólico em que trajetórias e opressões se cruzam e, por isso, onde se revelam as totalidades dos processos de dominação e também as possibilidades de articulação de resistência. Santana Júnior (2018) ainda acrescenta que a encruzilhada permite ler as experiências dissidentes como saberes híbridos e situados, incorporando memória corpórea, referências religiosas de matriz africana (Exu/encruzilhada) e repertórios estéticos que funcionam como formas de conhecimento e de organização política.

Do ponto de vista prático, a epistemologia da encruzilhada se manifesta em três eixos articulados. Primeiro, pela sistematização terminológica e conceitual contida nos cadernos de formação e nos materiais do Coletivo LGBT Sem-Terra (por exemplo, LGBT Sem Terra: Rompendo cercas e tecendo liberdade), definindo coletivamente categorias como identidade de gênero, travestilidade, nome social e orientação sexual, o movimento produz um vocabulário político que legitima experiências, orienta intervenções educativas e fundamenta protocolos de acolhimento e responsabilização. Essa formalização transforma práticas de resistência em normas e instrumentos de política interna. (MST, 2018).

Segundo, pela produção estética e narrativa. Canções, cartazes, performances, memórias corporais e narrativas autobiográficas constituem repertórios pedagógicos que registram trajetórias e formam consciência política. Essas formas culturais não são meramente expressão simbólica, mas modos de conhecimento, porque registram modos de existir, articulam afetos e redes de cuidado, e reconfiguram o sentido do que é ser camponês a partir da diversidade sexual. Tal produção estética opera didaticamente ao vincular direitos sexuais e direitos territoriais e ao materializar a epistemologia da encruzilhada na vida cotidiana dos assentamentos. (Santana Júnior, 2018).

E terceiro, pela articulação entre norma e execução institucional, pois a inclusão de dispositivos como o uso do nome social, mecanismos de responsabilização e orientações pedagógicas nas normas e cadernos do MST manifesta a tentativa de converter saber produzido “de baixo” em política prática

(MST, 2018). No entanto, a eficácia desses instrumentos depende da correlação de forças locais, visto que pressões de moralidades conservadoras, influências religiosas e desigualdades materiais nas diferentes regiões limitam ou condicionam a execução dessas normas. Assim, a encruzilhada epistemológica admite a tensão permanente entre avanços normativos e resistências sociais concretas. (Pereira, 2025).

A centralidade das trajetórias de travestis e pessoas trans ilumina dimensões específicas dessa epistemologia. Ao insistir na travestilidade como experiência corporal e política, o conceito de "traviarcado" (Carvalho, 2022) reposiciona travestis como produtoras de conhecimento e como agentes que, através de sua visibilidade e praxis, provocam reordenamentos simbólicos nas práticas comunitárias. A travestilidade, portanto, é indicada tanto como locus de extrema vulnerabilidade, dado o quadro de violência e morte que atinge travestis no Brasil, quanto como fonte de saber prático e tático para reorganizar solidariedades, protocolos de acolhimento e estratégias de enfrentamento.

A epistemologia da encruzilhada também é profundamente interseccional. Ao entrelaçar raça, classe e geração às questões de gênero e sexualidade, essa abordagem evidencia vulnerabilidades específicas (por exemplo, travestis e pessoas trans negras) e exige políticas integradas que articulem diversidade sexual, antirracismo e justiça agrária. Autores como Rodrigues (2013) e Gonzalez (1983) sublinham que as experiências dissidentes se compõem em camadas, o que torna insuficiente qualquer análise que trate a sexualidade de forma isolada. Reconhecer o caráter múltiplo das opressões é condição para que a epistemologia produzida nos territórios sejam politicamente eficaz e analiticamente precisa. (Pereira, 2025).

A historicidade da luta pela terra fornece, por fim, um nó de origem para essa epistemologia. As memórias do Movimento Negro, dos quilombos e das resistências populares inserem os saberes queer-campos em uma genealogia de disputa territorial que já articulava raça e território. Dessa forma, a encruzilhada funciona como nó de convergência entre diferentes trajetórias de luta, conectando saberes ancestrais, práticas identitárias contemporâneas e repertórios culturais, e legitimando a autoridade epistêmica dos sujeitos do campo. (Reis apud León, 2025); Nascimento, 2021).

Desta forma, a epistemologia da encruzilhada é método de leitura e intervenção, pois orienta a interpretação interseccional dos relatos, a sistematização conceitual para formação política e as ações que não fragmentem a vida das pessoas, como políticas que agrupem proteção à diversidade com medidas de garantia de renda, terra e segurança (Santana Júnior, 2018; Carvalho, 2022). Valorizar esse saber exige reconhecer a legitimidade cognitiva dos sujeitos dissidentes, saber que se manifesta em

cadernos, canções, práticas e rituais, e aceitá-lo como fundamento para políticas internas, formação continuada e práticas coletivas de responsabilização (Pereira, 2025).

3. METODOLOGIA

A metodologia deste estudo deriva diretamente da perspectiva epistemológica apresentada no capítulo teórico, especialmente da noção de encruzilhada enquanto método, linguagem e prática política. Essa abordagem parte do princípio de que experiências dissidentes são produzidas na intersecção entre gênero, sexualidade, raça, classe e território, e que, portanto, as estratégias metodológicas devem ser capazes de captar essa complexidade.

O estudo assume uma orientação qualitativa, ancorada na análise das narrativas, documentos e práticas políticas produzidas pelas/pelos militantes LGBTQIAPN+ no âmbito do MST. A opção por uma abordagem qualitativa reflete o entendimento de que a produção do conhecimento é um processo situado, encarnado e relacional, e que somente métodos capazes de acessar percepções, sentidos, memórias e práticas cotidianas podem revelar as camadas simbólicas e políticas presentes nas trajetórias dissidentes do campo (Fernandes, 1999).

Para isso, a pesquisa adota um desenho metodológico flexível e processual, alinhado à epistemologia da encruzilhada. Essa perspectiva compreende que os fenômenos investigados, como violência, reconhecimento, organização política e produção de saberes, não podem ser analisados de forma isolada. Assim, a metodologia integra três dimensões complementares: i) Análise documental de materiais produzidos pelo MST (normas, cadernos de formação, cartazes, campanhas, documentos internos); ii) Análise narrativa e interpretativa de relatos de militantes LGBTQIAPN+ sistematizados; iii) Análise temática e interseccional, buscando identificar como raça, gênero, sexualidade e classe se entrelaçam nas experiências relatadas. Essa triangulação metodológica permite compreender tanto as dimensões institucionais quanto subjetivas e simbólicas do fenômeno investigado.

A coleta de dados envolveu três fontes principais, todas de natureza qualitativa: (a) Documentos institucionais do MST, incluindo o Caderno de Formação do MST – Diversidade Sexual; "LGBT Sem Terra: Rompendo cercas e tecendo liberdade"; Normas e Estatutos do MST (versões atualizadas que incluem orientação sobre nome social, responsabilização, enfrentamento da violência); Materiais gráficos e culturais (cartazes, ilustrações, campanhas de redes sociais); e Registros de formações internas. Esses documentos foram analisados como expressões do esforço institucional de reconhecimento da diversidade sexual e de gênero.

Além destes documentos, foram utilizados relatos de trajetórias, de episódios de violência, de experiências de formação, de participação em coletivos e de percepções sobre a vivência

LGBTQIAPN+ no movimento; e foram analisados como material empírico central para este artigo, permitindo identificar discursos sobre pertencimento e exclusão; sobre experiências de corpo, afeto e identidade; sobre relações com normas do movimento; sobre vivências de encruzilhada (interseções entre sexualidade, raça, classe); e sobre modos de produção de saber político. Esses relatos ofereceram densidade ao estudo, permitindo interpretar como sujeitos dissidentes constroem práticas de resistência e epistemologias próprias.

Também foram utilizadas canções, cartazes, símbolos e materiais visuais, que foram incorporados como formas de produção de conhecimento e memória. Sua análise permitiu identificar práticas discursivas e estéticas que compõem a pedagogia da diversidade dentro do MST.

Já para a análise dos dados, seguiu-se três procedimentos principais: (i) Análise de conteúdo temático, utilizado para identificar categorias centrais referentes a violência e resistência; ao reconhecimento e organização política; a identidades dissidentes; a práticas pedagógicas e institucionais; e a produção epistemológica. Essa análise seguiu orientação de interpretação profunda das narrativas e dos documentos, permitindo identificar recorrências, contradições e elementos políticos estruturantes. ii) Análise interseccional a partir de referências como Gonzalez (1983), Rodrigues (2013) e Santana Júnior (2018). A análise considerou como as experiências relatadas eram moldadas simultaneamente por gênero, sexualidade, raça, classe e geração. Esse método foi essencial para compreender como vulnerabilidades são produzidas e vividas de forma combinada e não hierárquica. (iii) Análise discursiva e simbólica focada na leitura das narrativas orais, dos discursos institucionais e da produção gráfica e cultural do Coletivo LGBT Sem-Terra. Essa técnica permitiu interpretar linguagens, metáforas, imagens e repertórios que configuram modos de existência dissidente no campo (Pereira, 2025).

A escolha metodológica geral do estudo se ancora no princípio de que o conhecimento é produzido a partir das experiências situadas dos sujeitos, e que, portanto, a análise deve estar sensível às condições concretas de vida nos assentamentos. A encruzilhada, utilizada tanto como categoria teórica quanto como método, orienta a leitura dos documentos, considerando as camadas históricas e políticas implicadas; a interpretação das narrativas, reconhecendo que experiências de violência e resistência são produzidas na sobreposição de marcadores sociais; a análise crítica do movimento, considerando tensões internas, disputas simbólicas e processos de reconhecimento.

Assim, a metodologia do artigo não é apenas técnica, mas política. Ela assume que sujeitos LGBTQIAPN+ produzem conhecimento válido para a análise social e para o próprio MST.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa revelam a complexidade das experiências vividas por pessoas LGBTQIAPN+ no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A partir das falas dos sujeitos e de seu cotidiano em assentamentos e acampamentos, torna-se evidente que a vivência dissidente no campo é atravessada por tensões permanentes entre invisibilização, controle moral, pertencimento, reconhecimento político e estratégias de resistência.

Um dos resultados centrais consiste na identificação de mecanismos cotidianos de silenciamento e controle moral, que operam tanto no interior das famílias assentadas quanto nas dinâmicas comunitárias. As entrevistas e narrativas de vida evidenciam que sujeitos dissidentes convivem com olhares, comentários e avaliações constantes sobre seu comportamento, afetos e modos de existir. Esses mecanismos produzem um ambiente no qual pessoas LGBTQIAPN+ sentem necessidade de justificar sua presença e regular seus modos de estar para evitar constrangimentos.

Desta forma, essas formas de vigilância cotidiana ecoam estruturas históricas de normatividade rural associadas à heterossexualidade compulsória, à lógica familiar patriarcal e aos vínculos religiosos, que seguem influenciando comportamentos e regulando fronteiras do pertencimento no campo.

Outro ponto revelado pela análise é a coexistência de avanços institucionais do MST na incorporação da pauta LGBTQIAPN+ e, simultaneamente, práticas comunitárias conservadoras que dificultam a expressão plena desses sujeitos. Embora documentos, cursos de formação e setores organizativos do MST incluam a discussão sobre diversidade sexual, esse reconhecimento nem sempre se efetiva no cotidiano dos territórios.

As entrevistas evidenciam essa incongruência ao relatarem que nos encontros do MST há o discurso sobre diversidade, mas nos assentamentos a realidade é outra. Essa dicotomia revela que o processo de institucionalização da pauta ainda está em curso. É reconhecido politicamente, mas tensionado socialmente. Essas contradições indicam que o MST se encontra diante do desafio de transformar princípios políticos em práticas concretas dentro dos territórios.

Se, por um lado, a heteronormatividade permanece estruturante, por outro, os resultados mostram que sujeitos LGBTQIAPN+ constroem maneiras próprias de resistir e afirmar sua existência no campo. A pesquisa identificou redes de cuidado, solidariedade e afetividade entre militantes dissidentes, que funcionam como importantes dispositivos de proteção emocional e política. As narrativas de vida destacam, por exemplo, que a participação em espaços de formação e em frentes de trabalho

possibilitou a criação de vínculos entre LGBTQIAPN+, fortalecendo a autonomia e a confiança desses sujeitos dentro do movimento. Esse sentimento de pertencimento revela que a resistência não se limita à contestação das normas, mas se expressa também como produção de afetos, novos vínculos e territorialidades inclusivas.

Um dos achados mais importantes da pesquisa é a emergência de novas ruralidades formuladas por sujeitos LGBTQIAPN+. Essas ruralidades não se conformam às expectativas tradicionais do campo; ao contrário, criam espaços de invenção política, estética e afetiva. As narrativas analisadas apontam que, ao se afirmarem enquanto sujeitos plenos, capazes de amar, trabalhar, produzir, organizar e disputar espaços políticos, pessoas LGBTQIAPN+ desafiam noções históricas sobre quem pode ou não pode pertencer ao rural. Essa transformação nas formas de ser e estar no campo gera deslocamentos simbólicos importantes, produzindo uma ruralidade que articula identidade, política e afeto.

Contudo, o processo de reconhecimento não ocorre sem conflitos. O medo de agressões morais ou físicas, a desconfiança em relação a determinados vizinhos e as estratégias de autopreservação, como evitar demonstrações públicas de afeto, aparecem recorrentemente nas entrevistas. Essas tensões não resultam, porém, em desistência do território. Ao contrário, a permanência na terra é afirmada como projeto político e como direito. Esse dado reforça o caráter político da resistência LGBTQIAPN+ no campo, compreendendo que reivindicar existência é também reivindicar território.

Assim, os resultados apontam para uma realidade marcada por ambivalências. De um lado, invisibilização, moralidades conservadoras e limites impostos pela normatividade rural. De outro, processos de resistência, alianças afetivas, construção de subjetividades políticas e formulação de novas ruralidades. Compreende-se que a experiência LGBTQIAPN+ no MST se constitui como disputa permanente pela legitimidade de existir, circular e participar de um projeto político coletivo. Com isso, as vivências dissidentes se tornam centrais para compreender os rumos contemporâneos da Reforma Agrária Popular.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central deste estudo foi analisar como sujeitos LGBTQIAPN+ vivenciam, elaboram e enfrentam as estruturas de opressão presentes nos territórios da Reforma Agrária, tomando como base entrevistas e narrativas de vida sistematizadas por Pereira (2025). A pergunta orientadora, Como corpos dissidentes constroem pertencimento, agência e resistência no interior do MST, em meio a estruturas patriarcais, raciais e religiosas?, mostrou-se fundamental para compreender não apenas o lugar desses sujeitos no movimento, mas também as disputas simbólicas que atravessam a própria noção contemporânea de Reforma Agrária Popular.

A análise dos resultados revelou que essas experiências não podem ser compreendidas isoladamente. O que se manifesta no cotidiano é uma trama interseccional em que patriarcado, racismo e conservadorismo religioso operam de forma articulada, influenciando não apenas a percepção de si dos sujeitos, mas também a forma como circulam no território, acessam espaços políticos e constroem vínculos comunitários. Quando as entrevistas revelam que o patriarcado opera em todas as conexões humanas e não apenas na relação de classe, ele oferece uma chave analítica potente para compreender que a luta pela terra, sozinha, não é capaz de desestabilizar estruturas históricas se estas não forem enfrentadas de modo transversal.

Nesse sentido, a pesquisa contribui para ampliar o debate teórico sobre movimentos sociais rurais ao demonstrar que a Reforma Agrária não é apenas uma disputa material, mas também uma disputa epistêmica, moral e simbólica. Os resultados colocam em evidência que a produção de novas ruralidades pelos sujeitos LGBTQIAPN+ tensiona concepções coloniais e normativas do ser camponês, abrindo espaço para uma compreensão ampliada de quem compõe o campo e de quais corpos têm legitimidade para lutar por terra. Esses achados se alinham às epistemologias de resistência discutidas, mostrando que a experiência dissidente produz conhecimento situado, capaz de reconfigurar práticas, discursos e estruturas internas no movimento.

Metodologicamente, este artigo reforça o valor da abordagem qualitativa. O uso combinado de entrevistas em profundidade e narrativas de vida permitiu acessar dimensões subjetivas e políticas que dificilmente emergiriam em metodologias exclusivamente quantitativas. A presença das falas diretas dos sujeitos evidencia a potência dos relatos enquanto instrumentos de análise e enquanto forma de inscrição da própria trajetória LGBTQIAPN+ no MST. A pesquisa contribui, portanto, para afirmar

que metodologias sensíveis à experiência, sobretudo aquelas comprometidas com vozes historicamente silenciadas, são fundamentais para compreender dinâmicas de opressão e resistência no campo.

Como demonstrado ao longo da análise, as estruturas que moldam a vida de mulheres e pessoas negras incidem diretamente sobre sujeitos dissidentes, permitindo interpretar essas camadas como elementos constitutivos de sua experiência. Assim, pesquisas futuras poderiam aprofundar esse campo de investigação com um número maior de entrevistas dirigidas, observação participante ou estudos etnográficos focados especificamente em LGBTQIAPN+ nos territórios de Reforma Agrária.

Outra agenda promissora seria explorar como se estruturam, formal ou informalmente, coletivos, redes de apoio e espaços de organização LGBTQIAPN+ dentro do MST. Também seria relevante investigar como fatores geracionais influenciam as percepções sobre diversidade, uma vez que as tensões entre jovens e adultos aparecem de modo significativo na pesquisa, ainda que não direcionadas exclusivamente à sexualidade.

Por fim, esta pesquisa reafirma que a luta pela terra, quando lida à luz das vivências LGBTQIAPN+, amplia as fronteiras políticas da Reforma Agrária Popular. Demonstrar que sujeitos dissidentes constroem pertencimento, produzem resistência e disputam territórios significa reconhecer que a construção de um projeto de país mais justo depende da incorporação radical da diversidade como princípio organizador. Assim, o artigo contribui para preencher uma lacuna importante na literatura sobre movimentos rurais e diversidade sexual e aponta caminhos analíticos para compreender a pluralidade dos sujeitos que, diariamente, fazem da terra um espaço de vida, dignidade e transformação social.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, R. **Manifesto Transpofágico**. São Paulo: Editora Casa 1, 2022.
- COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.
- CRENSHAW, K. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex**: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics. University of Chicago Legal Forum, 14, 1989, p.538-54.
- FERNANDES, B. M. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979 – 1999)**, 1999. 318p. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, 1999.
- GONZALEZ, L. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Ciências sociais hoje, Brasília: Anpocs, n. 2, pp. 223-44, 1983.
- GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. 8 ed. RIOS, Flávio; LIMA, Márcia (Org). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- LEÓN, L. P. **Revolta dos Malês**: 190 anos da maior rebelião escrava urbana do Brasil. Agência Brasil, 24 jan. 2025. Brasília. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2025-01/revolta-dos-males-190-anos-da-maior-rebeliao-escrava-urbana-do-brasil>. Acesso em: 09/12/2025.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Caderno de Formação no 5 – Setor de Gênero: Diversidade Sexual no MST – elementos para o debate**. 2. ed. São Paulo: MST, 2018.
- NASCIMENTO, B. **Uma História Feita por Mãos Negras: Relações raciais, quilombos e movimentos**/Beatriz Nascimento; organização: Alex Ratts – 1a edição – Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- PEREIRA, W. S. **Novos Desafios na Luta pela Terra no Brasil**: Políticas Identitárias no MST. 2025. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente) – Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, Universidade de Araraquara, Araraquara (SP), 2025.
- QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.
- RODRIGUES, C (2013). Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. **Anais**: Fazendo Gênero 10º - desafios atuais dos feminismos.

SANTANA JUNIOR, H. M. de. Encruzilhadas Epistemológicas: Acertando o conhecimento europeu ontem com uma pedra que atirei somente hoje. **Odeere**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade – UESB, v. 3, n. 6, p. -, jul./dez. 2018. ISSN 2525-4715.

TRAPP, R. P.; SILVA, M. Linhares da. Movimento Negro no Brasil contemporâneo: estratégias identitárias e ação política. **Revista Jovem Pesquisador** - Santa Cruz do Sul, v. 1, p. 89-98, 2010.